



INFORMAÇÃO

Reuniu esta Subcomissão de Trabalhadores, na passada sexta-feira, 1 Novembro, com o Dr. Miguel Poiães Maduro, Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, na sequência da visita que lhe solicitamos, ao Centro de Produção do Norte da RTP. Em síntese, cumpre-nos informar:

1- Começamos por salientar ser relevante a possibilidade do contacto, por permitir, tanto através da visita como pelos dados que fornecemos, construir uma percepção correta das reais valências e aspirações do serviço público de proximidade. Aproveitamos para lamentar que se fale ou se decida sem o necessário conhecimento daquilo que o CPN é e representa.

O Sr. Ministro disse ser efectivamente esta a sua primeira visita às instalações da RTP no Porto e que estava favoravelmente surpreendido com o que viu. Afirmou-se empenhado em potenciar, da melhor forma, toda estrutura instalada e mostrou-se sensibilizado com o papel que o CPN sempre assumiu, tanto no percurso televisivo nacional como, também, na forte ligação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

2- Prosseguimos reiterando que, passados 10 meses, continuamos sem perceber as razões que levaram à transferência da Praça da Alegria para Lisboa e a subsequente deriva na definição estratégica do papel do CPN no contexto da RTP.

O Dr. Poiães Maduro disse não ser programador, mas que lhe compete, isso sim, definir as linhas que devem reger o Serviço Público de Televisão. Entende, por conseguinte, que o Porto deve acolher uma forte componente da RTP-Internacional mas acrescenta que isso ainda está em aberto, uma vez que passa por discussão com o Conselho de Administração da RTP. A Subcomissão salientou que é fundamental que se acabe, o mais rápido possível, com divergências nos objectivos e se aponte, com clareza, o que se pretende para o CPN. Achamos que esta incongruência tem sido altamente danosa, a todos os níveis.

O Sr. Ministro garantiu que, o mais tardar em Janeiro do próximo ano, terá algo de concreto e definitivo para apresentar. Há uma comissão a estudar os moldes para a instalação de um designado "centro de massa crítica" e que das suas conclusões se avaliará, em conjugação com o CA, em que medida o CPN poderá vir a acolher a RTP-Internacional. Segundo o Dr. Poiães Maduro, qualquer dos modelos (incluindo a RTP-Internacional ou centrado exclusivamente no Canal 2) deve dar ao CPN um reforço na capacidade de decisão e uma maior intervenção na sua orientação estratégica, no que descreveu como "projecto com identidade própria".

3- Fizemos, de seguida, um balanço da actual produção do Canal 2 com origem no CPN. Referimos terem arrancado, por fim, recentemente alguns dos "muitos" programas anunciados. Aguardamos, contudo, para perceber em que medida serão estruturantes, porque é essa a nossa preocupação desde a saída da Praça da Alegria. Acolhemos, com bastante perplexidade os números de produção que a administração avança, para o CPN (Junho 2012-902h, Junho 2013-1089h e Janeiro de 2014-2038h), no momento em que vão surgindo notícias de externalização da produção da RTP. Manifestamos apreensão e consideramos que isso seria o fim do serviço público de televisão com efeitos profundamente desreguladores no panorama audiovisual.

O Sr. Ministro procurou esclarecer, dizendo que a intenção do governo não passa por um fim total da produção na RTP mas sim pela sua diminuição. Acrescentou que tal objectivo não se prende com questões financeiras mas, antes, com o cumprimento do pressuposto de serviço público que passa pela dinamização do mercado independente do audiovisual. Diz que, obviamente, os "programas de fluxo" deverão continuar a ser assegurados internamente.

.../....

Afirmações que contrastam com o que se prevê no novo Contrato de Concessão e com o que o Conselho de Administração vem dizendo, tanto ao Parlamento como à plataforma sindical. Nomeadamente, entram em contradição com as declarações do CA durante a audição parlamentar na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, no passado dia 23 de Outubro.

Lamentamos a incerteza que tudo isto tem gerado nos trabalhadores e criticamos a forma avulsa como vão saindo profissionais válidos e qualificados, amputando sectores decisivos, sem qualquer critério e pondo em causa o regular funcionamento da empresa. A Praça da Alegria já tem inclusivamente, neste momento, de recorrer a realizadores deslocados do Porto.

O Dr. Poiares Maduro disse estar a par da situação. Referiu, no entanto, que é preciso reduzir custos com o pessoal e que isso poderá implicar, ainda, a saída de mais trabalhadores, nunca mencionando que tal processo tenha necessariamente por passar por despedimentos.

4- Apresentamos a nossa discordância com o modo como o CPN e o serviço público de proximidade são tratados no novo contrato de concessão. Fizemos entrega de uma série de propostas de alteração e melhoramento. Apontamos, também, a nossa estranheza relativamente ao enunciado dos pontos 5 e 6:

.....

5. O segundo serviço de programas generalista deve valorizar a educação, a ciência, a investigação, a ação social, a divulgação de causas humanitárias, o desporto amador e o desporto escolar, as confissões religiosas, o ambiente e a defesa do consumidor, entre outros, com abertura à participação das entidades correspondentes na sua programação.

6. Na eventualidade de o serviço de programas temático informativo previsto no presente Contrato vir a ser oferecido em acesso não condicionado livre, a obrigação prevista no número anterior será assegurada por esse mesmo serviço e não pelo segundo serviço de programas generalista de âmbito nacional.

.....

Parecem-nos poder indiciar um esvaziamento do Canal 2 e uma amálgama difícil de gerir pela RTP- Informação.

O Dr. Poiares Maduro negou qualquer intenção nesse sentido e disse tratar-se unicamente da passagem das matérias referentes à participação da sociedade civil para o âmbito da RTP- Informação.

A Subcomissão entende que, também aqui, terá de haver outra clarificação e que é insuficiente o articulado respeitante ao segundo programa generalista. Assim, iremos fazer uma intervenção no âmbito da discussão pública que decorre até ao próximo dia 8. Lembramos que é importante a atenção de todos e a participação directa, ou através dos órgãos representativos dos trabalhadores.

Qualquer contribuição pode ser útil!

5- Terminamos fazendo de entrega de uma pasta com toda a documentação que temos produzido e compilado no sentido de demonstrar inequivocamente o papel fundamental do CPN no quadro do Serviço Público de Televisão. Chamamos a atenção para o facto de o Parlamento ter aprovado há poucos meses cinco projectos de resolução (PSD/CDS,PS,PCP,BE,PEV) a recomendar o reforço da produção no CPN, como âncora decisiva na proximidade do Serviço Público.

A Subcomissão de Trabalhadores da RTP Porto

Vila Nova de Gaia 5 de Novembro de 2013